

EXERCÍCIO 2015

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da Caixa Seguridade Participações S.A. ("Caixa Seguridade" ou "Companhia") relativo ao período iniciado em 21 de maio de 2015 e encerrado em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do seu Estatuto Social, acompanhado de Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e respectivas Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

1. Ambiente Macroeconômico

A situação financeira e os resultados das operações de seguros são influenciados pelo ambiente econômico nacional e internacional, sendo, especialmente, afetados por variáveis como PIB, inflação, taxa de juros e política fiscal. Além disso, a demanda por produtos de seguridade também é afetada pela evolução da economia brasileira.

Com o país apresentando baixo crescimento e elevação dos índices de inflação, observam-se movimentos de ajustes nas contas públicas, acompanhados de elevação da taxa básica de juros e de contenção de gastos públicos, no entanto, nota-se a manutenção dos programas voltados à área social, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que compreende a construção e a comercialização de habitações populares em condições subsidiadas para as famílias de renda baixa.

Apesar do cenário de retração apresentado em 2015, o mercado de seguros e intermediação financeira demonstra certa resiliência, com crescimento de 0,4% até setembro de 2015, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, conforme dados obtidos no IBGE. Nesse cenário, o mercado de seguros vem ampliando sua relevância na economia, crescendo em ritmo mais acelerado que a economia nacional.

Segundo dados obtidos na Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, previdência Privada e Vida, Saúde Complementar e Capitalização (CNSeg), a penetração da arrecadação total do setor no PIB nominal atingiu 3,7% em 2015, frente a 3,5% em 2014.

Destaques para o volume arrecadado pelo mercado segurador, nas categorias de seguro auto, encerrando 2015 com faturamento de R\$ 32,5 bilhões, DPVAT, com R\$ 8,6 bilhões, habitacional com R\$ 3,1 bilhões e rural com R\$ 3,2 bilhões.

O mercado de capitalização apresentou faturamento de R\$ 21,4 bilhões, cabendo destaque também para a arrecadação do mercado de saúde suplementar que atingiu R\$ 106,3 bilhões em 2015 e penetração no PIB nominal de 2,4%, frente a 2,2% em 2014.

Referente a planos de acumulação, destaca-se a modalidade VGBL, que atingiu arrecadação de mercado de R\$ 86,1 bilhões em 2015.

2. Destaques do Período

A CAIXA decidiu realizar, em 2015, uma reestruturação das suas participações societárias nas atividades ligadas ao ramo de seguridade com o objetivo de consolidar, em uma só sociedade, seus investimentos em empresas ligadas aos negócios de seguros, capitalização, previdência privada, além de consórcios e seguros saúde e odontológicos.

Para isso foram constituídas, em 21 de maio de 2015, a Caixa Seguridade Participações S.A. e a Caixa Holding Securitária S.A.

Em 30 de junho, a CAIXA transferiu para a Caixa Seguridade, por meio de cisão parcial dos ativos da Caixa Participações S.A., suas participações nos ramos de seguros, capitalização, previdência complementar aberta, consórcios e atividades afins, com o objetivo de:

(i) consolidar, sob uma única sociedade os investimentos no ramo de seguridade, incluindo quaisquer expansões futuras dessas atividades no Brasil ou no exterior, orgânicas ou não; (ii) proporcionar ganhos de escala nessas operações; (iii) obter reduções de custos e despesas no segmento de seguridade; e (iv) ampliar a atuação em produtos de seguridade dentro e fora dos canais de distribuição da CAIXA e do Banco PAN.

Com isso, a Caixa Seguridade, constituída como uma subsidiária integral da CAIXA, em 21 de maio de 2015, passou a deter em 30 de junho as seguintes participações acionárias:

- a) **48,21% das ações de emissão da Caixa Seguros Holding S.A., que por sua vez detém direta ou indiretamente as seguintes participações acionárias:**
 - I. 100% das ações de emissão da Caixa Seguradora S.A. que atua no ramo de seguros, através da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.
 - II. 100% das ações de emissão da Caixa Vida e Previdência S.A. que atua no ramo de Previdência Privada, através da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.
 - III. 51% das ações de emissão da Caixa Capitalização S.A., através da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.
 - IV. 100% das ações de emissão da Caixa Consórcios Administradora de Consórcios S.A., que atua no ramo de Consórcios.
 - V. 100% das ações de emissão da Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A. que atua no segmento de Seguros Saúde.
 - VI. 70% das ações de emissão da Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A. – PREVISUL, que atua com seguros e Previdência Privada, através da empresa Caixa Seguros Participações do Sul Ltda.
 - VII. 100% das ações de emissão da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda, que atua na distribuição de planos odontológicos, através da empresa Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.
 - VIII. 25% da FCP PAR Corretora de Seguros S.A. ("PAR Corretora") que atua na corretagem de produtos do grupo da Caixa Seguros Holding.
- b) **100% das ações de emissão da CAIXA Holding Securitária S.A. ("CAIXA Securitária") que, por sua vez, passou a deter, a partir de 28 de julho de 2015 as seguintes participações.**
 - I. 48,99% do total das ações de emissão da PAN Seguros S.A. que atua no ramo de seguros, em parceria com o Banco BTG Pactual S.A..
 - II. 49,00% do total das ações de emissão da Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada LTDA – ("PAN Corretora"), em parceria com o Banco BTG Pactual S.A..

A CAIXA Seguros Holding alcançou um resultado de R\$ 1.889,3 milhões, o que ocasionou um aumento de 12,4% em relação ao ano de 2014. Já a PAN Seguros apresentou resultado líquido de R\$ 57 milhões para o exercício de 2015, sendo que as receitas totais atingiram um patamar de R\$ 560 milhões para o mesmo exercício.

3. Descrição dos Negócios

A Caixa Seguridade, por meio de suas empresas participadas, oferece soluções nos segmentos de: (i) seguros; (ii) previdência aberta; (iii) capitalização; (iv) consórcios, (v) planos e seguros de saúde, (vi) planos e seguros odontológicos, e (vii) corretagem de seguros.

As informações por segmento foram elaboradas com base em critérios utilizados pela administração na avaliação do desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

a) Segmento Seguros

Responsável por parcela de grande relevância no resultado da Caixa Seguridade, o segmento de seguros compreende grande diversidade de produtos e serviços disponibilizados pelas empresas, Caixa Seguradora, PAN Seguros e Previsul.

A Caixa Seguradora atua principalmente com soluções de *bancassurance* distribuindo produtos na rede da CAIXA, atuando nos ramos de seguros habitacionais, residenciais, de vida, de danos e automóveis.

A PAN Seguros atua, principalmente, com soluções de *bancassurance*, distribuindo produtos na rede do Banco PAN, nos ramos de vida, automóveis, e de grandes riscos, bem como seguros habitacionais nos correspondentes negociais da CAIXA.

b) Segmento Previdência Aberta

Os negócios de previdência complementar aberta estão concentrados nas empresas Caixa Vida e Previdência e Previsul, atuando com planos tradicionais (cujos produtos não estão mais em comercialização), Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e Vida Geradora de Benefício Livre - VGBL, disponíveis para pessoas físicas e jurídicas. Como um negócio predominantemente de *bancassurance*, a comercialização está direcionada para os clientes da Caixa.

c) Segmento Capitalização

As soluções de capitalização são fornecidas pela Caixa Capitalização, atuando com planos das modalidades PM (pagamento mensal), PU (pagamento único) e Títulos de Incentivo, disponíveis para pessoas físicas e jurídicas. Sendo um negócio caracterizado como de *bancassurance*, sua comercialização está direcionada para os clientes da Caixa, através dos diversos canais, principalmente, nos canais ATM (Automatic Teller Machine ou Caixa Eletrônico), IBC (Internet Banking CAIXA) e CCA (Correspondentes Caixa Aqui), além da própria rede de agências.

d) Segmento Corretagem de Seguros

Os serviços de corretagem dos produtos das empresas operacionais vinculadas à Caixa Seguridade são prestados pela PAR Corretora e pela PAN Corretora

A PAR Corretora atua na corretagem de seguros, planos de previdência aberta, capitalização, consórcios e seguros de saúde e odontológicos, oferecidos pelas empresas do Grupo Caixa Seguros, em especial, nos canais de distribuição da CAIXA.

A PAN Corretora atua na corretagem de produtos disponibilizados pela PAN Seguros, em especial, nos canais de distribuição do Banco PAN.

4. Governança Corporativa

A Caixa Seguridade mantém suas diretrizes alinhadas às melhores práticas de governança corporativa.

A administração, incluindo suas unidades diretas, prima pela independência e compromisso com os conceitos de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade socioambiental, sustentada pela utilização de ferramentas de monitoramento, que alinham o comportamento dos executivos aos interesses dos acionistas e da sociedade em geral.

Nesse sentido, a Companhia dispõe de um Conselho de Administração, composto por seis membros, um Conselho Fiscal, composto de três membros e a Diretoria que poderá ser formada por até quatro membros efetivos, residentes no Brasil, sendo necessariamente um Diretor Presidente e um Diretor responsável pelas Relações com Investidores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

Todos os administradores deverão possuir experiência, idoneidade moral, reputação ilibada notórios conhecimentos e capacidade técnica compatível ao cargo ocupado, além de domínio das melhores práticas de governança corporativa. A Caixa Seguridade manterá ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal e um Comitê de Auditoria, a ser instituído e que terá caráter de assessoramento.

5. Pessoas

O quadro de pessoal da Caixa Seguridade é formado por empregados cedidos pela Caixa Econômica Federal, mediante ressarcimento dos custos, facultada a aceitação, em casos especiais definidos pela Diretoria, da contratação de mão-de-obra por prazo determinado. Atualmente, a Companhia possui autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para um quadro de pessoal de até 63 empregados.

6. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas da Caixa Seguridade com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada. Segundo o método de equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, consta no resultado do período, do investidor, a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida.

7. Distribuição de dividendos

A companhia apresentou um lucro líquido no exercício de 2015 de R\$ 534.854 mil. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, resultando em um valor de R\$ 127.028 mil.

Deduzida a reserva legal e destacado o dividendo mínimo obrigatório, a diferença de R\$ 381.083 mil foi utilizada para constituição de Reserva de Lucros a Realizar, tendo em vista que ainda não houve pagamento de dividendos pelas Companhias investidas da CAIXA Seguridade.

O valor registrado na reserva de lucros a realizar, quando realizado, poderá ser utilizado para pagamento de dividendos, onde cabe salientar que o Estatuto Social da CAIXA Seguridade prevê como competência do Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares.

8. Informações Legais

Declaração dos Diretores Estatutários: Os diretores estatutários da Caixa Seguridade Participações S.A., com sede na cidade de Brasília, inscrita no CNPJ nº 22.543.331/0001-00, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07.12.2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia para o período iniciado em 21 de maio de 2015 e encerrado em 31 de dezembro de 2015, e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes.

Em atendimento ao art. 243 da Lei 6.404/76, a Caixa Seguridade informa que os investimentos em sociedades coligadas e controladas atingiram R\$ 3,02 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

Em cumprimento a Instrução CVM 381, a Caixa Seguridade informa que a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes não prestou, em 2015, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria. Em 18 de junho de 2015, a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços:

- I. Auditoria independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Caixa Seguridade, relativas ao período iniciado em 21 de maio de 2015 e encerrado em 30 de junho de 2015;
- II. Auditoria das demonstrações contábeis combinadas do Grupo Caixa Seguridade relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, de 2013 e de 2012, bem como da relativa ao semestre findos em 30 de junho de 2015;
- III. Emissão de cartas de conforto destinadas à oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Caixa Seguridade Participações S.A.;
- IV. Auditoria do patrimônio líquido ou do acervo formado por determinados ativos para emissão de laudos de avaliação ao valor de livros contábeis;
- V. Revisão da estrutura societária para confirmação do tratamento como coligada;
- VI. Asseguarção razoável sobre as informações financeiras combinadas pro forma do Grupo Caixa Seguridade em 30 de junho de 2015.

Adicionalmente, em 04 de março de 2016 a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços:

- VII. Auditoria independente sobre as demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas da Caixa Seguridade, relativas ao período iniciado em 21 de maio de 2015 e encerrado em 31 de dezembro de 2015, e o exercício de 2016;
- VIII. Revisão sobre as Informações Trimestrais que contempla o conjunto de quadros contábeis e notas explicativas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para os trimestres findos em 30 de setembro de 2015, 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016.
- IX. Revisão trimestral Caixa Seguros holding, PAN Seguros e PAN corretora, para os anos de 2015 e 2016.
- X. Relatórios, para os exercícios de 2015 e 2016, sobre o exame e revisão mensal da apuração dos impostos e contribuições e das respectivas obrigações acessórias e dos pedidos de restituição ou compensação relacionados, avaliação das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, gestão de capital, sobre o exame e revisão trimestral da base tributária do INSS – Folha de Pagamento, exame e revisão das obrigações acessórias estabelecidas no âmbito do SPED, e exame e revisão trimestral dos procedimentos de recolhimento centralizado referente aos tributos de terceiros, contemplando as rotinas de compensação e obrigações acessórias correlatas

O montante total da remuneração dos auditores independentes: para os serviços de auditoria (descritos nos itens (i), (ii), (iii), (vii), (viii) e (ix)) é de R\$ 3.209.800; para os serviços descritos no item (iv) elaboração de 4 (quatro) laudos de avaliação; é de R\$ 334.000,00, correspondendo a 10,4% da remuneração de auditoria; para os serviços de revisão da estrutura societária para fins de consolidação descritos no item (v) o valor é de R\$175.000,00, correspondendo a 5,5% do total da remuneração de auditoria; para os serviços descritos no item (vi) asseguarção razoável sobre as informações financeiras combinadas pro forma do Grupo Caixa Seguridade em 30 de junho de 2015, é de R\$117.000,00, correspondendo a 3,6% do total da remuneração de auditoria; e para os serviços descritos no item (x) é de R\$ 535.950,00, correspondendo a 16,7% do total da remuneração de auditoria.

Os contratos com a auditoria independente foram firmados em 18 de junho de 2015 e 04 de março de 2016, prevendo que a remuneração pelo serviço descrito no item (i) acima, seja arcada pelo acionista controlador da Companhia, e a remuneração pelos serviços descritos nos itens (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) acima, seja arcada pelos bancos coordenadores da oferta pública secundária de ações de emissão da Caixa Seguridade, em curso, de modo que não houve desembolso com remuneração dos auditores no exercício social de 2015.

O serviço de emissão de cartas de conforto descrito no item (iii), acima, se qualifica como um serviço de auditoria e pode ser prestado somente pelo auditor independente que auditou as demonstrações financeiras da Companhia, conforme previsto na Norma e Procedimento de Auditoria - NPA nº 12 "Emissão de Carta de Conforto ("Comfort Letter")", emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Dessa forma, a prestação de tal serviço pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes não compromete a sua independência como auditor da Caixa Seguridade.

Os demais serviços listados nos itens (iv), (v), (vi), (vii), (ix) e (x) são serviços considerados equiparados a auditoria e, por conseguinte, não afetam a independência da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes. Adicionalmente, em caso de contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a Caixa Seguridade adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente tampouco promover os interesses desse cliente.

Conforme normas que regem os serviços de auditoria independente, a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes apresentou tempestivamente à Caixa Seguridade a Carta de Independência.

Brasília, 2016

A administração

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	30/06/2015	31/12/2015	30/06/2015
Circulante	682.512	488.125	682.612	488.225
Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	52.013	100	52.113	200
Dividendos a receber (nota 19 (b))	516.103	452.450	516.103	452.450
Juros sobre capital próprio a receber (nota 19 (b))	80.047	35.575	80.047	35.575
Valores a receber (nota 9)	34.321	-	34.321	-
Ativos por impostos correntes	28	-	28	-
Não circulante	3.018.550	2.763.388	3.018.450	2.763.288
Investimentos em participações societárias (nota 10)	3.018.550	2.763.388	3.018.450	2.763.288
Total do ativo	3.701.062	3.251.513	3.701.062	3.251.513

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	30/06/2015	31/12/2015	30/06/2015
Circulante	645.180	-	645.180	-
Valores a pagar (nota 12)	501.967	-	501.967	-
Dividendos a pagar (nota 13)	127.028	-	127.028	-
Passivos por impostos correntes	16.185	-	16.185	-
Não circulante	-	-	-	-
Patrimônio líquido	3.055.882	3.251.513	3.055.882	3.251.513
Capital social	2.756.687	2.798.967	2.756.687	2.798.967
Reservas	407.826	457.720	407.826	457.720
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 15(d))	(108.631)	(5.174)	(108.631)	(5.174)
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.701.062	3.251.513	3.701.062	3.251.513

Demonstração do resultado	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado
Receitas operacionais	610.647	610.681
Resultado de investimentos em participações societárias (nota 10)	474.592	474.626
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca (nota 16)	136.055	136.055
Outras receitas/(despesas) operacionais	(19.753)	(19.787)
Despesas administrativas (nota 17)	(2.169)	(2.169)
Despesas tributárias (nota 18)	(17.518)	(17.518)
Outras despesas operacionais	(66)	(100)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	590.894	590.894
Resultado financeiro	1.939	1.939
Receitas financeiras	1.939	1.939
Despesas financeiras	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	592.833	592.833
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 11)	(57.979)	(57.979)
Lucro líquido do período	534.854	534.854
Quantidade de ações - em milhares	1.200.000	1.200.000
Lucro por ação - R\$ (Nota 15 (e))	0,44571	0,44571

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO PERÍODO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Capital social	Reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 21 de maio de 2015	100	-	-	-	100
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(5.174)	-	(5.174)
Aumento de capital (AGE 26/06/2015)	100	-	-	-	100
Aumento de capital (AGE 30/06/2015)	2.798.767	-	-	-	2.798.767
Constituição de reserva de capital	-	457.720	-	-	457.720
Saldos em 30 de junho de 2015	2.798.967	457.720	(5.174)	-	3.251.513
Ajuste a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(103.457)	-	(103.457)
Incorporação da reserva de capital ao capital social (AGE 30/12/2015)	457.720	(457.720)	-	-	-
Redução do capital ao capital social (AGE 30/12/2015)	(500.000)	-	-	-	(500.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	534.854	534.854
Dividendos ordinários propostos (nota 13)	-	-	-	(127.028)	(127.028)
Constituição de reserva legal (nota 13)	-	-	-	(26.743)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar (nota 15 (c))	-	381.083	-	(381.083)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.756.687	407.826	(108.631)	-	3.055.882

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais		
Recebimento de receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	101.587	101.587
Pagamento de despesas administrativas	(4)	(4)
Tributos sobre folha recolhidos	(174)	(174)
Tributos sobre receitas pagas	(13.396)	(13.396)
Imposto de renda e contribuição social pagas	(37.826)	(37.826)
Juros recebidos	1.939	1.939
Tributos sobre aplicações	(213)	(213)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	51.913	51.913
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	-	-
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
Aumento de capital	100	200
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	100	200
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	52.013	52.113
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	52.013	52.113

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Descrição	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado
Reconciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	534.854	534.854
Resultado de equivalência patrimonial	(474.592)	(474.626)
Outras despesas não desembolsáveis	66	100
Variação de valores a receber	(34.321)	(34.321)
Variação de outros ativos	-	-
Variação de valores a pagar	1.967	1.967
Variação de ativos e passivos por impostos correntes	23.940	23.940
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	51.913	51.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado
1. Receitas	136.055	136.055
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	136.055	136.055
2. Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	848	882
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	782	782
2.3) Perda/recuperação de valores ativos	66	100
3. Valor adicionado bruto (1 - 2)	135.207	135.173
4. Depreciação, amortização e exaustão	-	-
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3 - 4)	135.207	135.173
6. Valor adicionado recebido em transferência	476.531	476.565
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	474.592	474.626
6.1) Receitas financeiras	1.939	1.939
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)	611.738	611.738
8. Distribuição do valor adicionado	611.738	611.738
8.1) Pessoal	1.184	1.184
8.1.1) Remuneração direta	1.052	1.052
8.1.2) Benefícios	75	75
8.1.3) FGTS	57	57
8.2) Impostos, taxas e contribuições	75.654	75.654
8.2.1) Federais	75.654	75.654
8.2.2) Estaduais	-	-
8.2.3) Municipais	-	-
8.3) Remuneração de capital de terceiros	46	46
8.3.1) Aluguéis	46	46
8.4) Remuneração de capital próprios	534.854	534.854
8.4.1) Juros sobre capital próprio	-	-
8.4.2) Dividendos	127.028	127.028
8.4.3) Lucros retidos / Prejuízo do exercício	407.826	407.826

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 DE DEZEMBRO DE 2015 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 - Contexto operacional e informações gerais

A Caixa Seguridade Participações S.A. (denominada "CAIXA Seguridade", "Companhia", ou "Controladora"), empresa líder do Grupo CAIXA Seguridade ("Grupo CAIXA Seguridade" ou o "Grupo") foi constituída como subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (denominada "CAIXA") em 21 de maio de 2015, em conformidade com a legislação brasileira, por prazo indeterminado, tendo por objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

A CAIXA Seguridade, neste contexto, acompanha a evolução de cenários macroeconômicos que podem trazer reflexos à dinâmica de seus negócios e dos negócios de suas participações societárias.

A Companhia, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tem sua sede localizada no Setor Bancário Sul – SBS, Q. 4, Bloco A, Lote 3/4, Edifício CEF Matriz 1, 19º andar – Brasília – Distrito Federal – Brasil.

Em 30 de junho de 2015 ocorreu a cisão parcial de ativos da Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR ("CAIXAPAR") e a respectiva incorporação desses ativos pela Companhia, notadamente participações societárias. Por meio dessa cisão a Companhia obteve direito às variações patrimoniais e resultados produzidos por esses ativos incorporados a partir de 1º de janeiro de 2015, conforme previsto no Protocolo e Justificação da Cisão descrito na Nota 20 – Atos societários.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2015, houve a segregação do segmento de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcio da CAIXA. Dessa forma, à CAIXA Seguridade foi outorgado, pela CAIXA, o direito de exploração econômica do acesso à Rede de Distribuição e uso da marca para a distribuição e comercialização dos Produtos de Seguridade.

Em 17 de dezembro de 2015 foi concedido à Companhia, conforme Ofício nº 26 CVM/SEP/RIC de 2015, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A", com base na documentação constante no Processo CVM-RJ 2015-9034.

Descrevemos a seguir as principais participações diretas da CAIXA Seguridade que compõem essas demonstrações contábeis da controladora e consolidadas:

a) Caixa Seguros Holding S.A. ("CAIXA Seguros")

Empresa sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que explorem atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; a administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente.

Esta empresa apresenta o capital social dividido em 51,75% das ações em nome do grupo francês CNP Assurances S.A. e 48,21% das ações em nome da CAIXA Seguridade.

e) Composição dos investimentos em participações societárias, diretos e indiretos, da CAIXA Seguridade:

Empresa	Descrição	% de participação da Companhia	
		31/12/2015	
		Direta	Indireta
CAIXA Holding Securitária:	A CAIXA Holding Securitária tem por objeto social a aquisição de participações societárias em entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP). Trata-se de uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e em seguros de danos. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.	100,00	-
PAN Seguros	Tem por objetivo a administração, orientação e corretagem de: a) seguros dos ramos elementares, b) seguros do ramo de vida e c) planos previdenciários. A CAIXA Seguros tem por objeto social a participação, como acionista ou sócia, em sociedades empresariais, que explorem: i) atividade de seguros em todos os ramos, incluindo saúde e dental; ii) segmento de capitalização; iii) planos de previdência privada aberta, nas modalidades de pecúlio e renda; iv) administração de consórcio; v) atividades, correlatas ou complementares às atividades descritas anteriormente.	-	48,99
PAN Corretora	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social a administração e corretagem de seguros e a assessoria e consultoria na área de seguros.	-	49,00
Caixa Seguros:	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.	48,21	-
Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.:	Subsidiária integral da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. tem como objeto social a exploração de seguros de ramos elementares e vida.	-	48,21
Caixa Seguradora S.A.	Subsidiária integral da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. tem como objeto social a exploração de produtos de previdência complementar.	-	48,21
Caixa Vida e Previdência S.A.	Controlada pela Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda., detentora de 51% de suas ações, tem como objeto social a comercialização de produtos de capitalização.	-	24,59
Caixa Capitalizadora S.A.	Subsidiária integral da Companhia tem como objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis.	-	48,21
Caixa Administradora de Consórcios S.A.	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde.	-	48,21
Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda.	Sociedade anônima de capital aberto tem como objeto social a corretagem de seguros e a assessoria e consultoria na área de seguros.	-	12,05
Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A.	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social a participação em outras sociedades.	-	48,21
FPC PAR Corretora de Seguros S.A.	Controlada pela Caixa Seguros Participações do Sul Ltda., detentora de 70% de suas ações, tem como objeto social a exploração de seguros de pessoas.	-	33,75
Caixa Seguros Participações do Sul Ltda.:	Subsidiária integral da CAIXA Seguros tem como objeto social a participação em outras sociedades.	-	48,21
CIA de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL	Subsidiária integral da Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda. tem como objeto social a atuação como operadora especializada em planos odontológicos.	-	48,21
Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.:	Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.	-	48,21

Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis comumente adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas

Internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Em 30 de junho de 2015, por meio de instrumento jurídico específico, foi outorgado ao Grupo o direito de exploração econômica do acesso à rede de distribuição da CAIXA, reconhecendo a partir de então as receitas decorrentes da negociação do acesso dos produtos de seguridade e outras receitas que fizer jus pela exploração da marca CAIXA, de sua rede de distribuição e base de clientes, naquilo que se refere aos produtos de seguridade. O Grupo passará a planejar, estruturar e prospectar oportunidades de distribuição com cada instituição, empresa ou outra entidade interessada no oferecimento de produtos por meio da rede de distribuição da CAIXA.

Os investimentos consolidados na CAIXA Seguridade são avaliados pelo método de equivalência patrimonial ("MEP") nas empresas diretas CAIXA Seguros, PAN Seguros e PAN Corretora, a partir de suas respectivas datas de aquisição ou início das operações no âmbito do conglomerado CAIXA.

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração e Diretoria da CAIXA Seguridade em 16 de março de 2016.

Nota 3 - Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CAIXA Seguridade.

b) Reconhecimento de receitas e despesas

A receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, a título de remuneração pelo acesso para comercialização e distribuição dos produtos de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios disponibilizados na rede de distribuição CAIXA por instituições conveniadas, partes de contratos ou convênios operacionais previamente celebrados com o Grupo CAIXA Seguridade. Nas demonstrações financeiras de 30 de junho e 30 de setembro de 2015 as receitas e acesso à rede de distribuição e uso da marca eram apresentadas como receitas de tarifas de comercialização e distribuição.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações contábeis dos exercícios a que se referem.

O resultado de investimentos em participações societárias é auferido com a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), e reconhecido pelo valor da participação societária da CAIXA Seguridade nos resultados obtidos pelas sociedades investidas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e sujeitos a baixo risco de mudança no valor.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa.

d) Valores a receber

Os valores a receber correspondem as receitas, predominantemente oriundas de partes relacionadas, referentes às receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios pagas pelos clientes incorporados na CAIXA. O prazo de recebimento é inferior a um ano, sendo a classificação registrada no ativo circulante.

e) Combinação de negócios

b) Caixa Holding Securitária S.A. ("CAIXA Holding")

Empresa subsidiária integral da CAIXA Seguridade, foi constituída em 21 de maio de 2015 com o objetivo social de adquirir participações em entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP).

c) PAN Seguros S.A. ("PAN Seguros")

Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela CAIXA Seguridade e pelo BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. ("BTG Holding"), tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos.

Em 29 de dezembro de 2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTG Seguradora"). Em 31 de dezembro de 2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG Seguradora pelo valor de R\$ 550.406 e se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. com participação de 99,99%.

Em 19 de junho de 2015, após aprovação preliminar pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros, conforme contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21 de agosto de 2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. pelo valor de R\$ 336.996.

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são:

Descrição	30/06/2015
Valor pago pela compra:	336.996
Pagamento em caixa	336.996
Valor total pela compra	336.996
Participação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos	227.036
Ágio	109.960

O ágio é atribuível à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da PAN Seguros, em negócios no mercado de seguros, e à sua força de trabalho, que não pode ser reconhecida separadamente como um ativo intangível.

Em 30 de junho de 2015 a CAIXAPAR realizou a cisão de sua participação total na PAN Seguros em favor da CAIXA Seguridade.

A aprovação final do órgão controlador, referente a alteração do controle acionário da PAN Seguros para CAIXA Seguridade e BTG Pactual Holding de Seguros Ltda., foi concedida com a Portaria SUSEP nº 6.407 de 04 de dezembro de 2015.

d) Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("PAN Corretora")

Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Holding e CAIXA Seguridade com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Esta empresa tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários.

Em 29 de dezembro de 2014, a CAIXAPAR concluiu a aquisição da participação direta de 49,00% do capital social da PAN Corretora conforme Comunicado de Mercado e após obtenção das aprovações regulatórias.

Em 30 de junho de 2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a CAIXA Seguridade

A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio ("goodwill"). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do exercício em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Grupo incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que a Companhia deixou de exercer o controle.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento inclui o ágio, bem como ativos intangíveis identificados na aquisição, se houver, líquido de quaisquer perdas por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos nas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou empreendimentos controlados em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha ocorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou empreendimentos controlados em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

h) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social correntes e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido ativo e passivo é apresentado líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

i) Dividendos distribuídos e juros sobre capital próprio

Os dividendos distribuídos são calculados sobre o lucro líquido ajustado do período.

O Grupo poderá a qualquer tempo levantar novas demonstrações financeiras em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários.

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Este valor de juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo.

Os dividendos distribuídos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo no final do exercício, sendo o valor acima do mínimo obrigatório provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

O valor de dividendos distribuídos acima do mínimo obrigatório deve ser provisionado na data de aprovação e deduzidos do patrimônio líquido.

j) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de acordo com o objeto social: i) investimento em participações societárias em outras sociedades, e ii) receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios.

Estes segmentos foram utilizados de modo consistente pelo tomador de decisões operacionais para a constituição da CAIXA Seguridade. Nas demonstrações financeiras de 30 de junho e 30 de setembro de 2015 o segmento receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca era apresentado como tarifas de comercialização e distribuição

Nota 4 – Pronunciamentos e leis recentemente emitidas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

I. IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abrange as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

II. IFRS 15 – “Receita de Contratos com Cliente” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Nota 5 - Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, a estimativa contábil resultante raramente será igual aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Definição da natureza do relacionamento com as investidas

I. CAIXA Seguros: Conforme consta no Acordo de Acionistas e Outras Avenças, celebrado em 29 de dezembro de 2011 assegura à CAIXA Seguridade (predecessora da CAIXAPAR) participar das decisões sobre as matérias relevantes nos aspectos operacionais, financeiros e estratégicos da CAIXA Seguros Holding S.A. caracterizando a existência de influência significativa sobre a coligada.

II. PAN Seguros: Conforme consta no Acordo de Acionistas e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre BTG Pactual holding de Seguros Ltda. e Caixa Participações S.A. (“CAIXAPAR”), outorgado à CAIXA Seguridade por ocasião da incorporação desse investimento, essas entidades declaram, para todos os efeitos legais, que são integrantes do grupo de controle da PAN Seguros. Dessa forma, fica caracterizado o controle conjunto da PAN Seguros.

III. PAN Corretora: Conforme consta no Acordo de Sócios e Outras Avenças, celebrado em 21 de agosto de 2014 entre Banco BTG Pactual S.A. e Caixa Participações S.A. (“CAIXAPAR”), essas entidades declaram, outorgado à CAIXA Seguridade por ocasião da incorporação desse investimento, para todos os efeitos legais, que são integrantes do grupo de controle da PAN Corretora. Dessa forma, fica caracterizado o controle conjunto da PAN Corretora.

O quadro abaixo apresenta o resumo da natureza do relacionamento com as investidas:

Empresas	% de participação no capital votante		Natureza do Relacionamento	Método de Avaliação
	31/12/2015			
CAIXA Holding	100,00		Controlada	Consolidação e MEP
CAIXA Seguros	48,21		Coligada	MEP
PAN Seguros	48,99		Controle conjunto	MEP
PAN Corretora	49,00		Controle conjunto	MEP

b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, é avaliado com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, são utilizadas estimativas para definição do valor recuperável (*impairment*) do ativo.

Anualmente, é avaliado se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o valor recuperável desse ativo é estimado.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, é efetuado anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote as premissas.

Nota 6 - Gerenciamento de riscos

O Grupo CAIXA Seguridade entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

O Grupo CAIXA Seguridade é uma empresa *holding*, na qual a origem do resultado deve-se, essencialmente, à equivalência patrimonial de suas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, e a receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios. Portanto, está exposta, principalmente, aos riscos provenientes de obrigações assumidas com terceiros (risco de liquidez) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de mercado).

A gestão de risco é realizada pela governança, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A governança identifica, avalia e protege o Grupo CAIXA Seguridade contra os riscos mencionados em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. Cada empreendimento controlado em conjunto e coligada também possui órgãos de governança e gerenciam seus riscos de forma independente, entretanto tais riscos são mitigados e monitorados através da participação de membros indicados do Grupo CAIXA Seguridade nas instâncias operacionais e de governança dessas investidas.

a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de exposições de crédito de valores a receber em aberto e de dividendos a receber de partes relacionadas. Assim, o risco de crédito está relacionado aos potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras classificadas como "caixa e equivalentes de caixa", uma vez que mantemos valores não significativos nessas aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pela diretoria de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo CAIXA Seguridade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e mantenha um nível adequado de crédito disponível no mercado.

Assim, este gerenciamento auxilia o Grupo CAIXA Seguridade no cumprimento de suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, atender às necessidades do fluxo de caixa.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros.

d) Risco de contrapartes

O Grupo CAIXA Seguridade possui, basicamente, um risco de ressarcimento de fluxo de caixa e influência no gerenciamento estratégico em relação a suas contrapartes que leva em consideração os contratos jurídicos firmados e tempo de relacionamento e podem impactar diretamente o fluxo de caixa e as operações do Grupo CAIXA Seguridade.

e) Riscos relacionados aos investimentos

Os riscos relacionados aos investimentos estão, essencialmente, relacionados à equivalência patrimonial que a Companhia registra proveniente de suas coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Destacamos abaixo os principais riscos e a política de gerenciamento a quais estão expostas as controladas em conjunto e coligadas da Companhia, ressaltando que esses riscos impactam indiretamente o resultado da Companhia via equivalência patrimonial. As informações fornecidas abaixo podem ser encontradas no site da SUSEP, na seção “Mercado Supervisionado”, “Demonstrações Financeiras”, das companhias reguladas por esta autarquia que compõem o grupo CAIXA Seguridade.

e.1) Caixa Seguros Holding - Gerenciamento de riscos

A estrutura do processo de Gerenciamento de Riscos da CAIXA Seguros Holding permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

I. Risco de seguro

Risco de Seguro é o risco transferido do detentor do contrato para o emitente que não seja um risco financeiro, em outras palavras, o risco de seguro é um risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora. A definição de Risco de Seguro refere-se ao risco que a seguradora aceita do segurado e Gestão de Riscos é o enfoque estruturado que alinha estratégia, processos, pessoal, tecnologia e conhecimento, com o objetivo de avaliar e gerenciar essas incertezas como forma de criação de valor.

A CAIXA Seguros dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, planos de capitalização e planos de previdência, para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente os riscos inerentes as atividades da CAIXA Seguros são:

- Risco estratégico - Falta de capacidade da CAIXA Seguros em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.
- Risco atuarial - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarificação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e compliance, independentes das linhas de negócios e outras segregações de funções necessárias. Um regime de alçadas está claramente delineado e padrões de operação bem definidos com normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados.

A CAIXA Seguros conta com políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

II. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a CAIXA Seguros. As áreas-chave em que a CAIXA Seguros está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referente a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referente a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referente a títulos de dívidas.

A CAIXA Seguros está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

III. Risco de liquidez

Risco associado à perda de rentabilidade para obter liquidez, quando verificada a insuficiência de recursos financeiros aptos para a CAIXA Seguros honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (ALM – *Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

No caso da CAIXA Seguros, o risco de liquidez é baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados “para negociação” e “disponível para venda”, reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

Para a Caixa Seguradora o risco de Liquidez é mínimo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados em “para negociação” e “disponível para venda”, dirimindo assim o risco da falta de recursos para o cumprimento de suas obrigações.

O risco de liquidez das unidades de negócio está restrito às carteiras de ALM, onde as posições “mantidas até o vencimento” são significativas. Na Caixa Capitalização o foco é direcionar os recursos para a marcação “disponível para venda”, mitigando esse risco de curto prazo.

Apesar da duração dos ativos ser menor que a dos passivos, o risco de Liquidez é mitigado pela possibilidade de reaplicação em títulos mais longos no momento de recebimento dos cupons de juros e no vencimento dos ativos. Além disso, os Recursos Próprios (Patrimônio Líquido) poderão ser utilizados para o cumprimento das obrigações da empresa em caso de necessidade.

No caso da Previdência o risco de liquidez encontra-se no FederalPrev. No entanto, apesar de grande parte da carteira estar classificada em “mantido até o vencimento”, o risco de liquidez é mitigado pela parcela marcada em “para negociação” o que garante o cumprimento das obrigações.

O risco no FederalPrev é mitigado pela possibilidade de reaplicação em títulos mais longos no momento de recebimento dos cupons de juros e no vencimento dos ativos. Além disso, os Recursos Próprios (Patrimônio Líquido) também podem ser utilizados para o cumprimento das obrigações da empresa em caso de necessidade.

IV. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da CAIXA Seguros de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à CAIXA Seguros, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, risco de derivativos.

A metodologia utilizada pela CAIXA Seguros para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

V. Risco operacional

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e compliance, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e prevenção de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

O sistema de controles internos da CAIXA Seguros é baseado na metodologia e princípios do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados constituem uma base integrada de riscos ERM – *Enterprise Risk Management*, visando dar suporte à CAIXA Seguros para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles na CAIXA Seguros é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuarial e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, que trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

e.1.1) CAIXA Seguros – Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são realizadas em conformidade aos requerimentos estabelecidos pela SUSEP no âmbito das empresas operacionais da CAIXA Seguros Holding – investidas indiretas da CAIXA Seguridade, conforme demonstrado na Nota 1 - Contexto operacional e informações gerais, item “e” Composição dos investimentos em participações societárias, diretos e indiretos, da CAIXA Seguridade. Tais informações são levantadas e disponibilizadas conforme orientações e prazos determinados pela SUSEP.

Abaixo, são evidenciados os resultados das análises, líquidos dos efeitos tributários, com base nas premissas de 31 de dezembro de 2015, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido, além das análises de ativos e derivativos.

I. Bruto de resseguro

Sensibilidade	31/12/2015					
	Taxa	Taxa	Resgate / Cancelamento	Resgate / Cancelamento	Mortalidade / Sinistralidade	Mortalidade / Sinistralidade
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%
Habitacional	-0,7%	0,7%	-0,8%	0,8%	-10,0%	10,0%
Pessoas Individual e Coletivo	0,3%	-0,3%	-4,7%	5,1%	-5,3%	5,3%
Automóvel	-0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	-8,0%	8,0%
Demais	-1,5%	1,5%	0,0%	0,0%	-3,7%	3,7%
Caixa Seguradora	-0,3%	0,3%	-2,0%	2,2%	-8,3%	8,3%
PGBL-VGBL	2,1%	-2,8%	-7,1%	7,8%	0,0%	0,0%
Risco	-2,4%	2,5%	6,7%	6,7%	-2,0%	2,0%
Conjugado	-1,1%	1,1%	-7,2%	8,0%	-0,8%	0,8%
Caixa Vida e Previdência	1,1%	-1,5%	-7,0%	7,7%	-0,4%	0,4%
Caixa Saúde	-1,9%	2,0%	-1,3%	1,3%	-45,9%	45,9%
Previsul	0,1%	-0,2%	-7,3%	8,2%	-38,6%	38,6%
Odonto Empresas	-0,1%	0,1%	-9,5%	8,5%	-5,5%	5,5%
Grupo Caixa Seguros	-0,3%	0,4%	-4,0%	4,4%	-5,3%	5,3%

Sensibilidade	31/12/2014					
	Taxa	Taxa	Resgate / Cancelamento	Resgate / Cancelamento	Mortalidade / Sinistralidade	Mortalidade / Sinistralidade
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%
Habitacional	-1,2%	1,3%	-0,9%	1,0%	-8,0%	8,0%
Pessoas Individual e Coletivo	0,2%	-0,2%	-5,5%	6,1%	-5,1%	5,1%
Automóvel	-0,9%	0,9%	0,0%	0,0%	-8,2%	8,2%
Demais	-1,4%	1,5%	0,0%	0,0%	-3,5%	3,5%
Caixa Seguradora	-0,9%	0,9%	-1,9%	2,1%	-7,3%	7,3%
PGBL-VGBL	1,9%	-2,7%	-7,2%	8,1%	0,0%	0,0%
Risco	-2,8%	3,0%	-6,1%	6,7%	-1,9%	1,9%
Conjugado	-1,1%	1,2%	-6,4%	7,1%	-0,8%	0,8%
Caixa Vida e Previdência	0,9%	-1,4%	-6,9%	7,8%	-0,4%	0,4%
Caixa Saúde	-4,5%	4,7%	-9,2%	11,0%	-82,2%	82,2%
Previsul	-0,4%	0,4%	-10,0%	11,3%	-26,7%	26,7%
Odonto Empresas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Grupo Caixa Seguros	-0,2%	0,0%	-3,9%	4,3%	-4,6%	4,6%

II. Líquido de resseguro

Sensibilidade	31/12/2015					
	Taxa	Taxa	Resgate / Cancelamento	Resgate / Cancelamento	Mortalidade / Sinistralidade	Mortalidade / Sinistralidade
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%
Habitacional	-0,6%	0,6%	-0,7%	0,7%	-9,1%	9,2%
Pessoas Individual e Coletivo	0,3%	-0,3%	-4,3%	4,6%	-4,9%	4,9%
Automóvel	-0,8%	0,8%	0,0%	0,0%	-7,4%	7,4%
Demais	-1,4%	1,4%	0,0%	0,0%	-3,4%	3,4%
Caixa Seguradora	-0,3%	0,3%	-1,9%	2,0%	-7,6%	7,6%
PGBL-VGBL	1,9%	-2,5%	-6,5%	7,2%	0,0%	0,0%
Risco	-2,2%	2,3%	-5,5%	6,1%	-1,8%	1,8%
Conjugado	-1,0%	1,0%	-6,6%	7,4%	-0,8%	0,8%
Caixa Vida e Previdência	1,0%	-1,4%	-6,4%	7,0%	-0,4%	0,4%
Caixa Saúde	-1,9%	1,9%	-1,3%	1,3%	-45,3%	45,3%
Previsul	0,1%	-0,2%	-6,7%	7,5%	-35,3%	35,3%
Odonto Empresas	-0,1%	0,1%	-9,4%	8,4%	-5,4%	5,4%
Grupo Caixa Seguros	-0,2%	0,4%	-3,7%	4,1%	-4,9%	4,9%

Sensibilidade	31/12/2014					
	Taxa	Taxa	Resgate / Cancelamento	Resgate / Cancelamento	Mortalidade / Sinistralidade	Mortalidade / Sinistralidade
	1%	-1%	10%	-10%	5%	-5%
Habitacional	-1,2%	1,3%	-0,9%	0,9%	-7,8%	7,8%
Pessoas Individual e Coletivo	0,2%	-0,2%	-5,3%	6,0%	-5,0%	5,0%
Automóvel	-0,8%	0,9%	0,0%	0,0%	-8,0%	8,0%
Demais	-1,4%	1,4%	0,0%	0,0%	-3,4%	3,4%
Caixa Seguradora	-0,8%	0,9%	-1,9%	2,0%	-7,1%	7,1%
PGBL-VGBL	1,8%	-2,7%	-7,0%	7,9%	0,0%	0,0%
Risco	-2,7%	2,9%	-6,0%	6,6%	-1,8%	1,9%
Conjugado	-1,1%	1,1%	-6,3%	7,0%	-0,8%	0,8%
Caixa Vida e Previdência	0,8%	-1,4%	-6,8%	7,6%	-0,4%	0,4%
Caixa Saúde	-4,4%	4,6%	-9,1%	10,8%	-81,1%	81,1%
Previsul	-0,4%	0,4%	-9,9%	11,2%	-26,4%	26,4%
Odonto Empresas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Grupo Caixa Seguros	-0,2%	0,0%	-3,5%	3,9%	-4,2%	4,2%

Notas:
a) As Empresas Caixa Capitalização e Caixa Consórcios não possuem produtos que atendam a definição de contrato de seguro segundo o CPC e por isso não constam nas análises de sensibilidade;
b) Os contratos de resseguros são negociados na forma de Excesso de Danos (Resseguro de Catástrofe de Riscos Pessoais e Patrimoniais). Na construção dos quadros demonstrados nessa Seção levamos em conta o histórico de cessão de prêmios e recuperação de sinistros para estimar o efeito nos resultados Brutos e Líquidos de Resseguro; Registre-se, também, que temos resseguro na modalidade Quota Parte em ramos com baixo volume histórico de operações;
c) Risco: coberturas adicionais de risco dos produtos de Previdência;
d) Taxa de Juros: "+1%" e "-1%" na curva de taxa de desconto utilizada nas projeções;
e) Resgates/Cancelamento: "+10%" e "-10%" nas curvas de Resgates (totais e parciais) utilizadas na CVP (Caixa Vida e Previdência) e nas Curvas de Permanência dos produtos da Caixa Seguros; e
f) Mortalidade: "+5%" e "-5%" na probabilidade de morte das tábuas quando for o caso ou na sinistralidade geral dos produtos.

III. Carteira de ativos

A carteira de investimentos da CAIXA Seguros possui ativos classificados como mantidos até o vencimento (HiM), disponível para venda (AFS) e negociação (MiM).

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da CAIXA Seguros é o de Stress Testing, o qual é feito apenas para as classificações AFS e MiM. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras utilizando-se diferentes cenários de estresse divulgados pela BMF&Bovespa.

Dentre os cenários da BMF&Bovespa, são utilizados:

- 3 cenários de alta da estrutura a termo de taxas de juro -Taxa prefixada
- 3 cenários de baixa da estrutura a termo de taxas de juro -Taxa prefixada
- 1 cenário de alta da estrutura a termo de taxas de juro - Cupom cambial de dólar
- 1 cenário de baixa da estrutura a termo de taxas de juro - Cupom cambial de dólar

Além disso, são calculados os impactos nas carteiras baseados em mais três cenários gerados seguindo as instruções da Gerência de Investimentos. Estes cenários contemplam variações no câmbio; índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

IV. Carteira de derivativos

A carteira de derivativos da CAIXA Seguros Holding a possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma queda na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

A exposição em derivativos da CAIXA Seguros e nas subsidiárias consecutivamente está concentrada na modalidade DI-Compromisso - Compra, o risco assumido é de alta de juros e os valores em cada cenário estão assim distribuídos:

31/12/2015				
CAIXA Seguros - Controladora				
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos / Compra	Alta de Juros	(1.490)	(6.448)	(10.103)
Total		(1.490)	(6.448)	(10.103)

31/12/2015				
CAIXA Seguros - Consolidado				
Descrição/Tipo	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DI - Compromissos / Compra	Alta de Juros	(167.328)	(725.739)	(1.138.570)
Total		(167.328)	(725.739)	(1.138.570)

Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.

Ressaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

e.1.2) CAIXA Seguros – Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11, a CAIXA Seguros efetuou teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a CAIXA Seguros elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica e os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte, foram utilizadas as tábuas BR-EMS, vigentes no momento da realização do teste.

Como conclusão dos testes, para a empresa Caixa Seguradora não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os períodos apresentados, exceto para o grupo de Seguro Habitacional Fora do SFH (ramos 1061/1065/1068). A insuficiência observada para o grupo em questão, no valor de R\$ 957 milhões, foi provisionada integralmente dentro da PCC (Provisão Complementar de Cobertura) conforme estabelece a legislação vigente. Informamos que não aplicamos o teste de adequação de passivos aos contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e DPPEM por serem materiais.

Em se tratando da Caixa Vida e Previdência foram encontradas insuficiências para o produto "FederalPrev" no montante total de R\$ 11.934, e portanto, foi constituído neste valor à PCC. Para os demais produtos não se constataram insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, dentro dos períodos apresentados.

O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuarial Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico estando disponível na sede da CAIXA Seguros para o órgão regulador e demais fiscalizações

e.2) PAN Seguros – Gerenciamento de riscos

As operações de seguros envolvem, por parte da PAN Seguros, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de riscos mais significativas em que a PAN Seguros está exposta são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguros e risco de capital.

O monitoramento constante dos riscos faz parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da PAN Seguros.

I. Risco de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

A concentração do risco de seguro atualmente está aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista e do habitacional. As maiores concentrações são nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre. Adicionalmente, a PAN Seguros irá operar com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional. O foco da PAN Seguros é atuar em todo o território nacional.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

A política de aceitação da PAN Seguros é determinada em função da classificação dos riscos: Riscos Seguráveis, Riscos Aceitáveis, Riscos Não aceitáveis/Não seguráveis.

Atualmente, a PAN Seguros possui contratos de resseguro com diversas resseguradoras do mercado para proteção e estabilização de suas carteiras.

Essa política visa proteger a carteira da PAN Seguros através da transferência de riscos para resseguradoras. Um dos principais recursos utilizados é minimizar o impacto de possíveis desvios relevantes na sinistralidade. A política de resseguros é revisada periodicamente pela PAN Seguros, incluindo os riscos a ressegurar, avaliação dos Resseguradores e grau de concentração e segue as normas estabelecidas pela legislação atual.

II. Risco financeiro

A Política de Investimento das provisões técnicas e obrigatórias da PAN Seguros insere-se dentro do contexto da Administração própria dos recursos do Grupo PAN, com definição de limites de crédito, percentuais máximos de alocação por emissor e prazos de aplicação. Toda a análise de crédito é realizada pelo Banco PAN S.A. em conjunto com a PAN Seguros a partir de modelos próprios desenvolvidos internamente. Os limites de crédito são analisados e aprovados internamente pela administração da PAN Seguros, levando em consideração o componente e características de seus produtos e, consequentemente, sinistralidade e o devido enquadramento da Resolução CMN no 3.308/05 e alterações posteriores.

III. Risco de mercado

Esses riscos são gerenciados diariamente para a carteira trading e mensal para a carteira banking por meio de metodologias aderentes às melhores práticas. A PAN Seguros está exposta aos seguintes fatores primitivos de risco:

- Taxas de juros: os riscos de taxas de juros decorrem da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre diferentes taxas de juros.
- Índice de preços: riscos de oscilação nas estruturas a termo de cupons de índices de preços como, por exemplo, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como oscilações próprias dos índices.
- Preços de ações: riscos de perdas derivadas da oscilação de preços de ações as quais a PAN Seguros tenha exposição.

O risco de mercado é mensurado e administrado, em conjunto com o Banco PAN, por meio de metodologias aderentes às exigências regulatórias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Política da PAN Seguros, em termos de exposição a riscos de mercado, acompanha as políticas definidas pelo Comitê de Investimentos e validados pelos acionistas.

A seguir, demonstramos o quadro de análise de sensibilidade das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade da PAN Seguros.

Fatores de Risco	Carteiras trading e banking	Cenários		
	Exposições sujeitas à variação:	(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de Juros Pré-Fixadas	-	(4)	(7)
Renda Variável	Preço de Ações	(272)	(6.806)	(13.612)
TOTAL 31/12/2015		(272)	(6.810)	(13.619)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento do último dia útil do mês, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e entre os fatores de risco, assim como possíveis impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições banking representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme o disposto na Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008:

Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos (deslocamento vertical das curvas). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 1% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 25% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 50% em relação à última cotação vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) se referem a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Desta forma, tais resultados não refletem os efeitos de eventuais choques de mercado, uma vez que não levam em conta as correlações entre diferentes fatores de risco ou as ações que seriam tomadas pela Seguradora para reduzir tais riscos.

IV. Risco de crédito

A PAN Seguros possui uma política de risco para aquisição de seus ativos financeiros. O critério adotado para as aplicações financeiras é de alocar seus recursos de forma conservadora e adequada, para isso, a carteira de investimentos é composta em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes onde a concentração principal de risco de crédito para um único cliente é representada por prêmios emitidos contra as empresas do Grupo PAN. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.

V. Risco de liquidez

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A PAN Seguros mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecida para a PAN Seguros, adotando como instrumentos de gestão projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo, limites de risco e plano de contingência de liquidez.

VI. Risco de capital

A PAN Seguros executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela PAN Seguros.

e.2.1) PAN Seguros – Análise de sensibilidade

O Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da PAN Seguros, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base.

Neste contexto, o Teste de Sensibilidade realizado para a PAN Seguros, na data base de 31/12/2015, foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os ramos operacionalizados pela PAN Seguros, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:

Premissas Atuariais	31/12/2015				31/12/2014			
	Passivo (9)	Ativo (10)	PLA	Resultado (11)	Passivo (9)	Ativo (10)	PLA	Resultado (11)
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (1)	3.179	451	1.673	1.637	3.071	96	1.785	1.785
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (2)	(3.179)	(451)	(1.673)	(1.637)	(3.071)	(96)	(1.785)	(1.785)
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (3)	22	3	11	11	71	2	41	41
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (4)	(22)	(3)	(11)	(11)	(71)	(2)	(41)	(41)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (5)	535	47	293	293	458	17	265	265
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL (6)	(535)	(47)	(293)	(293)	(458)	(17)	(265)	(265)
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (7)	27	1	16	16	23	-	14	14
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) (8)	(27)	(1)	(16)	(16)	(23)	-	(14)	(14)

Notas:

- Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
- Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
- Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.

e.2.2) PAN Seguros – Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme Circular SUSEP Nº 517/2015, que institui o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalculer o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2015, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2015 foram, em média, as seguintes:

- Seguro de Danos – 29,00%
- Seguro de Pessoas – 13,60%

O Modelo de Svensson é utilizado frequentemente no mercado econômico para estimação de curvas de juros. Este modelo representa uma extrapolação do modelo de Nelson e Siegel com a adição de um novo componente exponencial à curva de taxas a termo, considerando dois parâmetros adicionais.

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da PAN seguros, data base de 31/12/2015, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 517/2015.

Nota 7 - Informações por segmento

A administração do Grupo CAIXA Seguridade entende que os melhores referenciais para apresentação das informações por segmento no ato da constituição do Grupo são os resultados de investimentos em participações societárias e as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca.

a) Análise da receita por categoria

Empresas	21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
	Controladora	Consolidado
Resultado de investimentos em participações societárias	474.592	474.626
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	136.055	136.055
Total	610.647	610.681

b) Demonstração do resultado por categoria

Empresas	Controladora		
	21 de maio a 31 de dezembro de 2015		
	Resultado de investimentos em participações societárias	Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	Total
Receitas operacionais	474.592	136.055	610.647
Receitas da operação	474.592	136.055	610.647
Outras receitas/(despesas) operacionais	(6.555)	(13.198)	(19.753)
Despesas administrativas	(1.686)	(483)	(2.169)
Despesas tributárias	(4.869)	(12.649)	(17.518)
Outras despesas operacionais	-	(66)	(66)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	468.037	122.857	590.894
Resultado Financeiro	-	1.939	1.939
Receitas financeiras	-	1.939	1.939
Despesas financeiras	-	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	468.037	124.796	592.833
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 11)	(41.878)	(16.101)	(57.979)
Lucro líquido do período	426.159	108.695	534.854

(1) Despesas Administrativas: vide Nota 17 – Despesas Administrativas.

(2) Despesas Tributárias: vide Nota 18 – Despesas Tributárias.

(3) Receitas Financeiras: as receitas financeiras foram provenientes de aplicações de recursos recebidos relacionados com as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca.

(4) IR e CSLL sobre JSCP: vide Nota 11 – Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL).

Empresas	Consolidado		
	21 de maio a 31 de dezembro de 2015		
	Resultado de investimentos em participações societárias	Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	Total
Receitas operacionais	474.626	136.055	610.681
Receitas da operação	474.626	136.055	610.681
Outras receitas/(despesas) operacionais	(6.589)	(13.198)	(19.787)
Despesas administrativas	(1.686)	(483)	(2.169)
Despesas tributárias	(4.869)	(12.649)	(17.518)
Outras despesas operacionais	(34)	(66)	(100)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	468.037	122.857	590.894
Resultado Financeiro	-	1.939	1.939
Receitas financeiras	-	1.939	1.939
Despesas financeiras	-	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	468.037	124.796	592.833
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 11)	(41.878)	(16.101)	(57.979)
Lucro líquido do período	426.159	108.695	534.854

(1) Despesas Administrativas: vide Nota 17 – Despesas Administrativas.

(2) Despesas Tributárias: vide Nota 18 – Despesas Tributárias.

(3) Receitas Financeiras: as receitas financeiras foram provenientes de aplicações de recursos recebidos relacionados com as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca.

(4) IR e CSLL sobre JSCP: vide Nota 11 – Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL).

Nota 8 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	30/06/2015	31/12/2015	30/06/2015
Depósitos bancários	314	100	414	200
Aplicações financeiras	51.699	-	51.699	-
Total	52.013	100	52.113	200

Aplicações financeiras	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Rendimento auferido no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015	
		31/12/2015	30/06/2015
Certificados de depósitos bancários - CDB ¹		51.699	1.939
Total		51.699	1.939

(1) CDB mantido junto à CAXA Econômica Federal com prazo de vencimento para 2020 com liquidez diária.

Nota 9 – Valores a receber

Os valores a receber correspondem as receitas descritas na nota 16 – Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca, predominantemente oriundas de partes relacionadas, referentes às receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e cotas de grupos de consórcios pagas pelos clientes incorporados na CAIXA.

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	30/06/2015
Receitas ⁽¹⁾ a receber de partes relacionadas	33.721	-
Receitas ⁽¹⁾ a receber de terceiros	600	-
Total	34.321	-

(1) Receitas advindas do acesso à rede de distribuição e uso da marca, mencionado na Nota 3 (d) – Valores a receber.

b.1) Composição analítica do resultado da CAIXA Seguros:

Descrição	Exercício de 2015						
	CAIXA Seguradora	CAIXA Vida & Previdência	CAIXA Capitalização	CAIXA Consórcio	CAIXA Seguros Saúde	Outras / Ajustes de consolidação	CAIXA Seguros Holding
Receitas da operação	4.497.151	5.894.893	195.019	359.811	324.495	(149.888)	11.121.481
Custos/Despesas da operação	(2.424.618)	(5.415.116)	(77.676)	(163.182)	(348.805)	(165.704)	(8.595.102)
Margem operacional	2.072.534	479.777	117.342	196.629	(24.310)	(315.592)	2.526.380
Despesas administrativas	(265.258)	(51.702)	(37.517)	(44.585)	(12.211)	(75.244)	(486.517)
Despesas com tributos	(167.011)	(39.521)	(10.986)	(52.175)	(4.249)	(32.167)	(306.110)
Resultado financeiro	485.989	81.743	173.791	29.467	6.757	594.129	1.371.877
Resultado patrimonial	726	-	-	-	-	36.119	36.845
Resultado operacional	2.126.981	470.297	242.631	129.336	(34.013)	207.244	3.142.476
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(16.605)	-	-	-	41	(6.187)	(22.750)
Resultado antes dos impostos e participações	2.110.376	470.297	242.631	129.336	(33.971)	201.057	3.119.725
Imposto de renda	(487.793)	(107.731)	(59.949)	(31.976)	(17.462)	(36.898)	(741.809)
Contribuição social	(267.810)	(71.910)	(38.672)	(11.711)	(10.477)	(14.545)	(415.126)
Lucro líquido do exercício	1.354.772	290.656	144.010	85.650	(61.911)	149.613	1.962.790
Atribuível a Acionistas do Grupo	1.354.772	290.656	73.445	85.650	(61.911)	146.732	1.889.344
Atribuível a Acionistas não controladores em controladas	-	-	70.565	-	-	2.881	73.446
% de Participação do Grupo CAIXA Seguridade							48,21%
Atribuível à CAIXA Seguridade⁽¹⁾							455.277
Atribuível aos demais acionistas							1.434.067

(1) Considera o resultado atribuível à CAIXA Seguridade no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015

b.1.1) Composição analítica de produtos de seguridade da CAIXA Seguradora:

Ramo	Exercício de 2015						
	Prêmios emitidos	Variações das provisões técnicas de prêmios	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Outras receitas e despesas operacionais	Margem operacional
Habitacional	1.974.091	(107.321)	1.866.769	(288.135)	(198.257)	(14.021)	1.366.357
Auto	198.285	(10.065)	188.219	(124.623)	(23.136)	(47.805)	(7.344)
DPVAT	239.660	(663)	238.996	(207.483)	(3.388)	421	28.547
Riscos patrimoniais	31.944	-	31.944	(2.651)	(8.468)	2.444	23.269
Prestamista	661.775	(380.012)	281.763	(73.777)	(58.112)	(933)	148.941
Vida	1.002.964	(72.719)	930.245	(259.915)	(158.574)	(131.360)	380.397
Outros	466.750	(36.787)	429.963	(149.772)	(103.482)	(44.342)	132.366
Total	4.575.468	(607.568)	3.967.900	(1.106.355)	(553.416)	(235.595)	2.072.534

b.2) Composição analítica de produtos de seguridade da PAN Seguros:

Ramo	Exercício de 2015						
	Prêmios emitidos	Variações das provisões técnicas de prêmios	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Custos de aquisição	Outras receitas e despesas operacionais	Margem operacional
Garantia Segurado - Setor público e privado	280.082	(201.786)	78.296	(463)	(16.165)	(6)	61.662
Prestamista	158.003	(17.047)	140.956	(17.556)	(51.079)	16.633	88.954
DPVAT	68.339	(234)	68.105	(59.167)	(964)	(10.991)	(3.017)
Acidentes pessoais coletivos	18.261	450	18.711	(2.133)	(5.151)	(2.102)	9.325
Garantia Estendida - Bens Em Geral	10.567	(8.515)	2.052	(263)	(1.802)	(11)	(24)
Vida em grupo	7.705	(70)	7.635	(1.333)	(2.728)	(1.211)	2.363
Seguro Habitacional - Prestamista	5.397	(50)	5.347	(1.313)	(166)	(355)	3.513
Seguro Habitacional - Demais Coberturas	2.037	(3)	2.034	(159)	(78)	(193)	1.604
Riscos Diversos	9.324	7.988	17.312	(20.498)	(2.425)	(351)	(5.962)
Total	559.715	(219.267)	340.448	(102.885)	(80.558)	1.413	158.418

(1) Riscos de Engenharia; Fiança locatícia; Viagem; Renda de eventos aleatórios; Desemprego/perda de renda; Compreensivo residencial e empresarial; Microseguros; Riscos de petróleo; Riscos diversos.

Nota 10 - Investimentos em participações societárias
a) Movimentação dos investimentos

Empresas	30/06/2015	Controladora				31/12/2015
		Movimentação dos investimentos				
		Transferência/Aporte de capital	Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	
CAIXA Seguros	2.399.649	-	455.277	(115.973)	(103.593)	2.635.360
CAIXA Holding	100	363.639	19.315	-	136	383.190
PAN Seguros	336.996	(336.996)	-	-	-	-
PAN Corretora	26.643	(26.643)	-	-	-	-
Total	2.763.388	-	474.592	(115.973)	(103.457)	3.018.550

Empresas	30/06/2015	Consolidado				31/12/2015
		Movimentação dos investimentos				
		Resultado MEP	Dividendos e JCP	Ajustes de avaliação patrimonial	Outras baixas de ativos	
CAIXA Seguros	2.399.649	455.277	(115.973)	(103.593)	-	2.635.360
PAN Seguros	336.996	16.577	-	136	-	353.709
PAN Corretora	26.643	2.772	-	-	(34)	29.381
Total	2.763.288	474.626	(115.973)	(103.457)	(34)	3.018.450

I. Conciliação do investimento na PAN Seguros, considerando a alocação dos ativos identificáveis em 30 de junho de 2015:

Descrição	PAN Seguros		Participação do Grupo em 30/06/2015
	100,00%	48,99%	
Investimento		269.916	132.256
Ágio ⁽¹⁾		229.479	109.960
Canais de distribuição ⁽²⁾		134.325	65.818
Tributo diferido		59.107	28.962
Total		692.827	336.996

(1) Considera o ágio pago pela Companhia.

(2) Considera o valor de intangível identificado líquido de amortização no valor de R\$25.296 e impairment de R\$ 4.568.

b) Composição sintética dos resultados dos investimentos em participações societárias:

Descrição	Exercício de 2015		
	CAIXA Seguros	CAIXA Holding	Total
Receitas da operação	11.121.481	-	11.121.481
Resultado de investimentos em participações societárias	-	19.349	19.349
Custos/despesas da operação	(8.595.102)	-	(8.595.102)
Margem operacional	2.526.380	19.349	2.545.729
Despesas administrativas	(486.517)	-	(486.517)
Despesas com tributos	(306.110)	-	(306.110)
Resultado financeiro	1.371.877	-	1.371.877
Resultado patrimonial	36.845	-	36.845
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	-
Resultado operacional	3.142.476	19.349	3.161.825
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(22.750)	(34)	(22.784)
Resultado antes dos impostos e participações	3.119.725	19.315	3.139.040
Imposto de renda	(741.809)	-	(741.809)
Contribuição social	(415.126)	-	(415.126)
Participações sobre o resultado	-	-	-
Participações dos acionistas minoritários	(73.446)	-	(73.446)
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.889.344	19.315	1.908.659
Lucro líquido atribuível à CAIXA Seguridade ⁽¹⁾	455.277	19.315	474.592
Lucro líquido atribuível aos demais acionistas controladores	1.434.067	-	1.434.067

(1) Considera o resultado atribuível à CAIXA Seguridade no período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2015

Descrição	Exercício de 2015			
	Consolidado			Total
	CAIXA Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	
Receitas da operação	11.121.481	559.715	25.621	11.706.817
Custos/despesas da operação	(8.595.102)	(401.297)	-	(8.996.399)
Margem operacional	2.526.380	158.418	25.621	2.710.419
Despesas administrativas	(486.517)	(62.720)	(9.052)	(558.289)
Despesas com tributos	(306.110)	(15.990)	(1.847)	(323.947)
Resultado financeiro	1.371.877	45.169	1.948	1.418.994
Resultado patrimonial	36.845	30	-	36.875
Outras receitas/despesas operacionais	-	(48.220)	(1.381)	(49.601)
Resultado operacional	3.142.476	76.687	15.289	3.234.452
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(2			

c) Composição sintética dos elementos patrimoniais dos investimentos em participações societárias:

Descrição	31/12/2015		
	Controladora		
	CAIXA Seguros	CAIXA Holding	Total
Ativo	47.435.075	383.190	47.818.265
Caixa e equivalentes de caixa	78.508	100	78.608
Aplicações	41.587.127	-	41.587.127
Crédito das operações com seguros e resseguros	1.426.543	-	1.426.543
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	239.199	-	239.199
Ativos fiscais	1.916.290	-	1.916.290
Investimentos	184.516	383.090	567.606
Outros ativos	1.783.038	-	1.783.038
Passivo	41.853.852	-	41.853.852
Passivos operacionais	37.434.791	-	37.434.791
Passivos fiscais	1.183.902	-	1.183.902
Outros passivos	422.502	-	422.502
Patrimônio líquido	5.581.223	383.190	5.964.413
Atribuível ao Grupo CAIXA Seguridade	2.635.360	383.190	3.018.550
Atribuível aos demais acionistas	2.945.863	-	2.945.863
Total passivo e patrimônio líquido	47.435.075	383.190	47.818.265

Descrição	31/12/2015			
	Consolidado			
	CAIXA Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Ativo	47.435.075	1.892.067	65.655	49.392.797
Caixa e equivalentes de caixa	78.508	861	120	79.489
Aplicações	41.587.127	486.869	14.569	42.088.565
Crédito das operações com seguros e resseguros	1.426.543	355.717	-	1.782.260
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	239.199	388.922	-	628.121
Ativos fiscais	1.916.290	26.255	3.779	1.946.324
Intangível	219.854	480.120	38.873	738.847
Outros ativos	1.783.038	152.896	8.314	1.944.248
Passivo	41.853.852	1.165.132	5.694	43.024.678
Passivos operacionais	37.434.791	801.240	230	38.236.261
Passivos fiscais	1.183.902	60.046	5.437	1.249.385
Débitos com operações de seguros e resseguros	223.079	281.565	-	504.644
Provisões	2.589.578	10.373	-	2.599.951
Outros passivos	422.502	11.908	27	434.437
Patrimônio líquido	5.581.223	726.935	59.961	6.368.119
Atribuível a companhia CAIXA Seguridade	2.635.360	356.190	29.381	3.020.931
Atribuível aos demais acionistas	2.945.863	370.745	30.580	3.347.188
Total passivo e patrimônio líquido	47.435.075	1.892.067	65.655	49.392.797

d) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos

Descrição	31/12/2015		
	Controladora		
	CAIXA Seguros	CAIXA Holding	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	5.055.530	-	5.055.530
Distribuição de dividendos aos acionistas	(1.252.848)	-	(1.252.848)
Lucro líquido do período	1.889.344	19.315	1.908.659
Outros resultados abrangentes	(225.606)	136	(225.470)
Outras movimentações	-	363.739	363.739
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	5.466.420	383.190	5.849.610
Percentual de participação societária - %	48,21	100,00	-
Participação nos investimentos	2.635.360	383.190	3.018.550
Ágio	-	-	-
Saldo contábil do investimento no Grupo	2.635.360	383.190	3.018.550

Descrição	31/12/2015			
	Consolidado			
	CAIXA Seguros	PAN Seguros	PAN Corretora	Total
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	5.055.530	669.001	49.931	5.774.462
Distribuição de dividendos aos acionistas	(1.252.848)	-	-	(1.252.848)
Lucro líquido do período	1.889.344	57.270	10.030	1.956.644
Outros resultados abrangentes	(225.606)	663	-	(224.943)
Outras movimentações	-	-	-	-
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	5.466.420	726.934	59.961	6.253.315
Percentual de participação societária - %	48,210	48,999	49,000	-
Participação nos investimentos	2.635.360	356.190	29.381	3.020.931
Ágio	-	(2.483)	-	(2.483)
Saldo contábil do investimento no Grupo	2.635.360	353.709	29.381	3.018.450

Nota 11 – Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

A CAIXA Seguridade S/A adota como regime de tributação o lucro real, optando pela apuração anual do IRPJ e da CSLL. Em decorrência dessa opção, a CAIXA Seguridade S/A está sujeita a pagamentos mensais dos tributos com adoção do balancete de suspensão/redução, se preenchidos os requisitos constantes no artigo 230 do Decreto 3.000 de 26 de março de 1.999 e nas demais legislações aplicáveis.

I. Valores apresentados na demonstração do resultado da controladora e consolidado:

Descrição	Controladora e Consolidado
	21 de maio a 31 de dezembro
IRPJ e CSLL sobre Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca (2)	(42.060)
IRPJ e CSLL sobre resultado de investimentos em participações societárias (1)	(15.947)
Total de impostos correntes	(58.007)

(1) IRPJ com alíquota de 15% e adicional de 10% e CSLL com alíquota de 9%.

I. Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado da controladora e consolidado

Descrição	Controladora e Consolidado
	21 de maio a 31 de dezembro
I) Resultado antes de IRPJ e CSLL	592.833
IRPJ (alíquota de 25%)	(148.196)
CSLL (alíquota de 9%)	(53.355)
IRPJ e CSLL	(201.551)
Efeito das adições/exclusões - IRPJ (25%) e CSLL (9%)	143.544
II) Despesa com IRPJ e CSLL	(58.007)
Resultado do Grupo antes do IRPJ e CSLL (I)	592.833
III Total da despesa com IRPJ e CSLL (II)	(58.007)
Alíquota efetiva	9,78%
IV) Ativo fiscal diferido (IRPJ e CSLL)	28
Total despesa com IRPJ e CSLL (III) + ativo fiscal diferido (IV)	(57.979)

(1) Os efeitos das exclusões decorrem da exclusão do resultado de equivalência patrimonial nos investimentos detidos pela Companhia.

Nota 12 – Valores a pagar

Os valores a pagar correspondem ao montante R\$ 500.000 a serem pagos para a CAIXA, decorrente da redução de Capital Social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de dezembro de 2015, Conforme Nota 15 – Patrimônio líquido, e os valores a pagar referentes ao ressarcimento de despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre CAIXA e CAIXA Seguridade.

Nota 13 – Dividendos a pagar

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2015 foi calculado conforme quadro abaixo:

	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	534.854
(-) Reserva legal	(26.743)
Base de cálculo de dividendos	508.111
Dividendos a pagar (1)	127.028

(1) O saldo refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios a pagar.

Nota 14 – Provisões e passivos contingentes

A Companhia e a CAIXA Holding foram constituídas em 21 de maio de 2015 e, até a data destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não são parte em nenhum processo judicial e/ou procedimento administrativo. Dessa forma, não foram reconhecidas nem identificadas pela Companhia provisões e passivos contingentes.

Nota 15 – Patrimônio líquido

a) Capital social

A CAIXA Seguridade foi constituída com subscrição de R\$ 100 e integralização de 100% em espécie. Os aportes de capital relativos à incorporação das participações societárias cindidas da CAIXAPAR alcançaram o montante de R\$ 2.763.388 e foram realizados em 30/06/2015, conforme Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais.

Em 30 de dezembro de 2015, Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia aprovou, sem alteração do número de ações, a incorporação da Reserva de Capital ao Capital Social da Companhia no valor de R\$ 457.720, que representa as mutações patrimoniais dos ativos cindidos em 30 de junho de 2015 e absorvidos pela Companhia, conforme Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais.

Ainda em 30 de dezembro de 2015, a AGE aprovou a redução de Capital Social no valor de R\$ 500.000, sem cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei nº. 6.404/76. O acionista receberá a título de restituição de parte do valor de suas ações o montante de R\$ 0,416666 por ação, sendo que a redução de Capital Social se tornará efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da AGE, prazo para oposição de credores conforme previsto no artigo 174 da Lei 6.404/76.

O Capital social, no montante de R\$ 2.756.687, está dividido em 1.200.000.000 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 3.055.882, corresponde a um valor patrimonial de R\$ 2,55 por ação.

b) Participações acionárias

Acionistas	31/12/2015	
	Ações	% Total
	Caixa Econômica Federal	1.200.000.000
Outros acionistas	-	-
Total	1.200.000.000	100,00

c) Reservas

- Reserva legal – é constituída em conformidade com a Lei Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 26.743.
- Reserva de lucros a realizar – é constituída com a parcela do lucro não realizado da Companhia, sendo o resultado positivo da equivalência patrimonial considerado como a parcela do lucro líquido não realizada. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 381.083.

d) Outros resultados abrangentes acumulados

O montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 108.631 (30 de setembro de 2015 – R\$ 57.503), considera o valor absorvido no processo de cisão pela Companhia de R\$ 5.174, conforme Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais, somado ao resultado abrangente de R\$ 103.457 decorrente de ajustes de avaliação patrimonial reflexos de suas investidas, relativos a títulos e valores mobiliários, provenientes majoritariamente da CAIXA Seguros Holding S.A.

e) Lucro por ação

e.1) Básico

Em atendimento à legislação das sociedades anônimas, na Controladora o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações ordinárias existentes no fim de cada período, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações de tesouraria. O Quadro abaixo demonstra o lucro básico por ação da Companhia:

Controladora / Consolidado	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Lucro atribuível aos acionistas do Grupo - milhares	534.854
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	1.200.000
Lucro básico por ação - R\$	0,44571

e.2) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não tem nenhuma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas.

Nota 16 – Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca

Foi celebrado entre o Grupo CAIXA Seguridade e a CAIXA no dia 30 de junho de 2015, instrumento de outorga de direitos, a partir do qual o Grupo obteve o direito de negociar livremente e receber integralmente as contraprestações financeiras devidas pelas instituições conveniadas pelo direito de acesso à Rede de Distribuição e uso da marca para distribuição e comercialização dos Produtos, sem prejuízo da remuneração devida à CAIXA pela prestação de serviços de distribuição e comercialização dos Produtos, que é pago empresas operacionais.

O quadro abaixo apresenta as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca por Produto de Seguridade:

Descrição	Controladora e Consolidado
	21 de maio a 31 de dezembro
Capitalização	5.159
Consórcio	10.344
Previdência	14.207
Seguros - Habitacional	41.904
Seguros - Prestamista	63.457
Seguros - Riscos Diversos (1)	984
Receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca	136.055

(1) Vida; Auto; Saúde; Fácil Residencial; Seguro Residencial; Seguro Multirrisco; Seguro Lotérico; Seguro Risco de Engenharia.

Nota 17 – Despesas administrativas

Descrição	Controladora e Consolidado
	21 de maio a 31 de dezembro
Despesas de pessoal	(326)
Remuneração de dirigentes	(1.014)
Infraestrutura	(81)
Controladoria, risco, auditoria e administração de RH	(742)
Outras despesas administrativas	(6)
Total	(2.169)

Nota 18 – Despesas tributárias

O PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social são apurados mediante a aplicação das alíquotas previstas na legislação tributária sobre receitas do Grupo (Lei nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003).

A legislação tributária prevê dois regimes de apuração para o PIS e para a COFINS, quais sejam:

- Cumulativo: obrigatório às pessoas jurídicas de direito privado e as equiparadas que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado, exceto para instituições financeiras e outras, que a legislação tributária estabelece apuração conforme este regime;
- Não-cumulativo: obrigatório às pessoas jurídicas de direito privado e as equiparadas que apuram o IRPJ com base no lucro real. Neste regime há possibilidade de apuração de créditos para dedução da base de cálculo.

As alíquotas também são diferenciadas, conforme a seguir:

- Regime cumulativo: PIS 0,65% e COFINS 4%;
- Regime não-cumulativo: PIS 1,65% e COFINS 7,6%.

Sobre as receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca de juros sobre capital próprios (JSCP), a apuração do PIS e da COFINS observa o regime não-cumulativo, uma vez que a Companhia se enquadra nesta apuração, conforme a legislação tributária.

Descrição	Controladora e Consolidado
	21 de maio a 31 de dezembro
Juros sobre o capital próprio (JSCP) sobre investimentos em participações societárias	52.320
PIS (1,65%) / COFINS (7,6%)	(4.840)
Subtotal de despesa tributária	(4.840)
Receita de acesso à rede de distribuição e uso da marca:	136.055
PIS (1,65%) / COFINS (7,6%)	(12.585)
Subtotal de despesa tributária	(12.585)
Rendas de títulos de renda fixa	1.939
PIS (0,65%) / COFINS (4,0%)	(90)
Subtotal de despesa tributária	(90)
Despesa tributária	(17.515)
IOF sobre aplicações financeiras	(3)
Total da despesa tributária	(17.518)

Nota 19 - Partes relacionadas

a) Entidade controladora

A CAIXA Seguridade foi constituída como subsidiária integral da CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital foi totalmente integralizado pela União.

Dessa forma, a CAIXA Seguridade encontra-se sob controle direto da CAIXA e indireto da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

b) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas) são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA Seguridade e são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

b.1) Controladora

Os saldos de transações existentes com a parte relacionada CAIXA são os valores a pagar de ressarcimento de despesas compartilhadas e atividades operacionais previstas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura celebrado entre CAIXA e CAIXA Seguridade.

Os valores a pagar são registrados no mês de competência e pagos até o 10º dia útil do mês subsequente à formalização ao Grupo. Desta forma, não há valores classificados como não circulantes.

b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Os saldos de transações existentes com as partes relacionadas PAN Seguros (controlada em conjunto) e CAIXA Seguros (coligada) referem-se aos valores a receber provenientes das receitas de acesso à rede de distribuição e uso da marca dos Produtos de Seguridade recebidas no Grupo CAIXA Seguridade. Estes valores estão previstos nas condições contratuais dos acordos operacionais mantidos entre a CAIXA e a CAIXA Seguridade.

Os valores a receber são registrados no mês de competência e recebimentos até o 5º dia útil do mês subsequente. Desta forma, não há valores classificados como não circulantes.

Em 31 de dezembro de 2015, não havia inadimplência ou impairment registrado nos valores a receber de partes relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de valores a receber mencionado acima.

Adicionalmente, o Grupo CAIXA Seguridade na condição de acionista direto tem o direito de registrar e receber os dividendos e juros sobre capital próprio oriundos das partes relacionadas CAIXA Seguros, PAN Seguros e PAN Corretora, considerando a reestruturação societária destacada na Nota 1 – Contexto operacional e informações gerais.

Os dividendos a receber dessas partes relacionadas são pagos no primeiro semestre do exercício subsequente e, portanto, são classificados como ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2015, não haviam registrados valores em atraso com as partes relacionadas.

b.3) Outras partes relacionadas:

Os saldos e transações existentes com a parte relacionada CAIXAPAR referem-se aos valores a receber decorrentes da participação na CAIXA Seguros cindida à Companhia.

Os quadros abaixo apresentam os resultados e os saldos patrimoniais com as partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com as entidades:

Composição dos resultados decorrentes de transações com partes relacionadas:

Descrição	Controladora/Consolidado
	21 de maio a 31 de dezembro de 2015
Receitas:	134.134
Receitas de acesso à rede de	

Composição dos saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas:

Descrição	Controladora/Consolidado							
	31/12/2015				30/06/2015			
	Controladora	Controladas em conjunto/coligadas	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladas em conjunto/coligadas	Outras partes relacionadas	Total
Ativo:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a receber:	-	141.846	488.025	629.871	-	-	488.025	488.025
CAIXA Seguros	-	63.653	-	63.653	-	-	-	-
CAIXAPAR	-	-	452.450	452.450	-	-	452.450	452.450
Juros sobre capital próprio a receber:	-	44.472	35.575	80.047	-	-	35.575	35.575
CAIXA Seguros	-	44.472	-	44.472	-	-	-	-
CAIXAPAR	-	-	35.575	35.575	-	-	35.575	35.575
Valores a receber:	-	33.721	-	33.721	-	-	-	-
CAIXA Seguros	-	33.711	-	33.711	-	-	-	-
PAN Seguros	-	10	-	10	-	-	-	-
Passivo:	501.967	-	-	501.967	-	-	-	-
Valores a pagar:	501.967	-	-	501.967	-	-	-	-
CAIXA	501.967	-	-	501.967	-	-	-	-
Dividendos a pagar:	127.028	-	-	127.028	-	-	-	-
CAIXA	127.028	-	-	127.028	-	-	-	-

- (1) Dividendos a receber: vide Nota 17 – Partes Relacionadas – b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e b.3) Outras partes relacionadas.
 (2) Juros sobre o capital próprio a receber: vide Nota 17 – Partes Relacionadas – b.2) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas e b.3) Outras partes relacionadas.
 (3) CAIXAPAR: considerada parte relacionada à CAIXA Seguridade, tendo em vista tratar-se de entidade sob controle comum da CAIXA (Instituição Financeira).

c) Remuneração de pessoal-chave da administração

Até a data base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, a remuneração de pessoal-chave da administração totalizou, no período, R\$ 1.014, conforme demonstrado Nota 17 – Despesas Administrativas.

A Companhia não possui política de remuneração baseada em ações e nem remuneração variável para o pessoal-chave da administração.

A perspectiva de desembolso para remuneração global de pessoal-chave da administração para o período compreendido entre 21 de maio de 2015 a 31 março de 2016 é de R\$ 3.822, conforme aprovação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, sendo que estas despesas serão reconhecidas quando incorridas.

Nota 20 – Atos societários

Em 26 de junho de 2015, foi aprovado em AGE o aumento de capital da Companhia pela totalidade das ações representativas do capital social da Caixa Holding Securitária S.A. Dessa forma, as demonstrações contábeis levam em consideração os lançamentos contábeis decorrentes desse evento, conforme determinado pela Legislação Societária.

Em 30 de junho de 2015, foi aprovada em AGE a incorporação da parcela cindida de ativos da Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR, pela Caixa Seguridade Participações S.A. Dessa forma, as demonstrações contábeis levam em consideração os lançamentos contábeis decorrentes dessa aquisição e evento cisão, conforme determinado pela Legislação Societária.

Segue abaixo composição dos valores cindidos e incorporados na data-base de 30 de junho de 2015:

Descrição	Cindido		Incorporado	
	Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR	Caixa Seguridade Participações S.A.	Caixa Participações S.A.	Caixa Seguridade Participações S.A.
Ativos financeiros	-	-	-	488.025
JCP e dividendos a receber	-	-	-	488.025
CAIXA Seguros	-	-	-	488.025
Participações acionárias (1)	(2.798.767)	-	2.763.288	-
CAIXA Seguros	(2.437.271)	-	2.399.649	-
PAN Seguros	(336.996)	-	336.996	-
PAN Corretora	(24.500)	-	26.643	-
Total de ativos	(2.798.767)	-	3.251.313	-
Patrimônio líquido	(2.798.767)	-	3.251.313	-
Capital social(2)	(2.798.767)	-	2.798.767	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários	-	-	(5.174)	-
Reserva de capital(3)	-	-	457.720	-
Total do patrimônio líquido	(2.798.767)	-	3.251.313	-

- (1) Cindido: montante cindido da CAIXAPAR em 30/06/2015, conforme Laudos de Avaliação emitidos em 19 e 23 de junho de 2015.
 (2) Incorporado: montante incorporado pela CAIXA Seguridade em 30/06/2015 contemplando, além do acervo cindido da CAIXAPAR, as variações patrimoniais ocorridas nesse acervo entre a data-base de cada um dos Laudos de Avaliação e 30 de Junho de 2015 (data de incorporação do acervo cindido pela CAIXA Seguridade), conforme Laudos de Avaliação emitidos em 19 e 23 de junho de 2015 e Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CAIXAPAR e Incorporação do Acervo Cindido pela CAIXA Seguridade emitido em 26/06/2015.
 (3) Em 01 de setembro de 2015, a Companhia constituiu Reserva de capital para absorção de parcela correspondente às mutações patrimoniais identificadas no evento de cisão parcial da CAIXAPAR.

Conforme descrito na Nota 15 – Patrimônio líquido, em 30 de dezembro de 2015 a AGE aprovou a incorporação da reserva de capital ao capital social no montante de R\$ 457.720 e a redução de Capital Social no valor de R\$ 500.000, por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei nº. 6.404/76, sem alteração na quantidade ou cancelamento de ações.

Nota 21 – Eventos subsequentes
a) Abertura de capital

Em 01 de outubro de 2015 o Conselho de Administração da CAIXA optou pela suspensão do processo de Oferta Pública de Ações da CAIXA Seguridade Participações S.A. Desta forma, em 02 de outubro de 2015, foi solicitada à CVM a suspensão dos processos oferta pública de ações. A decisão foi tomada considerando as condições desfavoráveis do mercado brasileiro, e o processo de Oferta de Ações será retomado quando for identificada uma janela de oportunidade favorável à Oferta. Os recursos provenientes desta oferta, quando concretizada, serão destinados para a própria acionista, Caixa Econômica Federal.

b) Potencial alienação da PAN Seguros e PAN Corretora

Conforme divulgado pelo BTG Pactual S.A., quanto à potencial alienação das empresas PAN Seguros e PAN Corretora para o grupo CNP Assurances, a Companhia avalia que, em caso de concretização do negócio, não haverá alteração na relação de controle compartilhado junto às empresas que estão em negociação.

CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

DIRETORIA

JOSEMIR MANGUEIRA ASSIS
DIRETOR-PRESIDENTE
ARISTÓTELES A. DE MENEZES JUNIOR
DIRETOR EXECUTIVO

PAULO HENRIQUE BEZERRA R. COSTA
DIRETOR EXECUTIVO
THIAGO SOUZA SILVA
CONTADOR
CRC-018685/O-0 – DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
CAIXA Seguridade Participações S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da CAIXA Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2015, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma

auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA Seguridade Participações S.A. e da CAIXA Seguridade Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos
Informação suplementar – Demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas da CAIXA Seguridade Participações S.A. referentes ao período de 21 de maio (data de constituição) a 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 29 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Assunto: **Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, a execução orçamentária, o Relatório da Administração e a distribuição do resultado da Caixa Seguridade Participações S.A., referentes ao exercício social de 2015.**

O CONSELHO FISCAL DA CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A. no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, da execução orçamentária, do Relatório da Administração, incluindo a proposta de destinação do resultado da Caixa Seguridade Participações S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2016. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório

dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília, 24 de março de 2016.

Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Conselheiro

Henriete Alexandra Sartori Bernabe
Conselheira

Oswaldo Bruno Brasil Cavalcante
Presidente do Conselho Fiscal